

A SEMANA – 139

John Gledson

Esta crônica não é só política, é quase de teoria política, e bem interessante para conhecer as opiniões machadianas a esse respeito. De fato, não creio que o partido parlamentar que suscita tanto entusiasmo nele tivesse a importância que Machado lhe dá, embora neste momento, depois da posse do primeiro presidente civil, houvesse uma onda de especulação constitucional (ver, por exemplo, a próxima crônica). A importância do assunto tem suas origens no próprio cronista, que já expressou mais de uma vez opiniões parlamentaristas, embora não com o detalhe e a seriedade desta crônica. Como se sabe, ele fora (e de certo modo ainda era) monarquista. E é certo que o regime imperial fora parlamentarista; o republicano era presidencialista. Mas os argumentos do cronista vão além do simples apoio a um regime ou outro – a rigor, têm pouco ou nada a ver com isso. A questão é outra: segundo Machado, um sistema que possibilita a rejeição de um primeiro-ministro por votação num parlamento é mais democrático, mais sensível às mudanças de opinião e de situação, do que um governo (como os atuais brasileiro ou americano) que só pode se desfazer de um presidente por meio de *impeachment* (ou da ameaça dele). É esta sensibilidade democrática mais afinada que interessa a Machado. Os mandatos curtos, de dois anos ou até menos, seriam, porém, uma paródia deste parlamentarismo – o “parlamentarismo hiperautomático”.

O segundo comentário, ao manifesto do primeiro distrito, talvez seja sobretudo um comentário estilístico, de ódio ao clichê. Mas não deixa de ser significativo que Machado dedicasse tanta atenção a este item. Talvez fosse atraído por se tratar de um “partido” “conservador”, palavras que têm cheiro do parlamentarismo que não advogam, mas que Machado desejava.



A SEMANA

27 de janeiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Se há ainda boas fadas por esse mundo, com certeza estarão agora junto ao berço do partido parlamentar, que vai nascer ou nasceu esta semana.¹ O berço há de ser enorme, muito maior que o túmulo que Heine queria para o seu amor.² E elas predir-lhe-ão grande futuro, brilhante e talvez próximo. Não vás contar a proximidade como é uso daqueles que pensam que o mundo acaba sexta-feira ou sábado; falo de uma proximidade relativa. Não sou procurador de fadas, mas juro que há de ser assim; se for o contrário, façamos de conta que não jurei nada.

Aparentemente, a ocasião não é própria à criação de um partido parlamentar, agora que os presidentes estão abdicando por não poderem formar ministérios.³ Mas é só aparentemente. Indo ao fundo das coisas, veremos que o caso do presidente argentino

¹ Parece provável que Machado se refira a uma brevíssima notícia no *Jornal do Commercio* do dia 20 de janeiro (p. 3, col. 6): “Diziam ontem na Rua do Ouvidor que o Sr. Dr. Bezerra de Meneses assumirá a chefia do partido parlamentar.” “Parlamentar” e “monarquista” eram praticamente sinônimos: *O Paiz*, por exemplo, atacava o parlamentarismo a propósito da crise na França (republicana), assunto da crônica anterior. Por isso, sem dúvida, é difícil rastrear outras referências nos jornais consultados (inclusive os mais simpáticos ao monarquismo, como o *Jornal do Brasil*) a este partido – que seria muito mal visto pelos republicanos.

² Não sabemos com absoluta certeza qual a origem desta referência. Agradecemos a sugestão de Roberto Schwarz, que bem pode ser certa. O quinto dos “Poemas de 1853 e 1854”, vizinho do célebre “Sklavenschiff”, é “Babylonische Sorgen” (Cuidados babilônicos). O poeta, que está para morrer, diz a Mathilde, sua amada, que seria melhor deixá-la em alto-mar, na companhia dos tubarões das profundezas, criaturas menos ferozes do que os animais que habitam a bela Paris, “inferno dos anjos e paraíso dos demônios”.

³ Machado refere-se à renúncia do presidente da França, Casimir-Perier (ver a crônica anterior), e à de Luis Saenz Peña, presidente da Argentina desde 1892, pai de Roque Saenz Peña, mais famoso, e presidente entre 1910 e 1914. Numa situação confusa, caracterizada pelas tentativas da União Cívica Radical, liderada por Hipólito Yrigoyen, de tomar o poder, e por fraude eleitoral em massa, Saenz Peña foi mudando várias vezes seus ministros, até que no dia 22 de janeiro de 1895, tendo perdido a confiança dos atuais, renunciou. Um telegrama d’*O Paiz* de 23 de janeiro dá ideia do clima: “A mensagem do Dr. Saenz Peña declara que nunca pretendeu o poder, e aceitando-o dominou várias revoluções, manteve a liberdade eleitoral, efetuou reformas administrativas, aplicou honradamente os dinheiros públicos, efetuando o serviço de amortização das dívidas e deixando no tesouro 11 milhões (...). Por esse motivo, acrescenta, foi injuriado e insultado nas câmaras e os partidos retiraram-lhe o apoio, forçando-o a demitir-se.”

(aliás não aplicável) pode explicar-se com os suicídios de imitação,⁴ e o do presidente francês terá tido causas diversas. Ainda quando os dois fenômenos procedam da mesma causa única, resta provar que isto tem alguma coisa com o parlamentarismo. E quando provado, ainda há que provar que um sistema acarreta consigo as mesmas consequências, qualquer que seja o meio em que respire. A própria diversidade daquelas duas repúblicas mostra que tenho razão.

Relevem-me que lhes fale assim grosso, fora das minhas frouxas melodias de menino, porque eu sou menino, leitor da minha alma; assim me chama um velho amigo, olho claro, cabeça firme, sobre a qual, só por esta exata noção que ele tem dos tempos e das pessoas, edificarei a minha igreja. Apesar disso, tenho uns dias, umas horas, em que dou para subir a montanha e doutrinar os homens. A natureza, que não faz saltos,⁵ também não gosta de andar torto, e depressa me repõe no caminho direito, que é na planície.

Mas, enfim, para acabar com isto, uma vez que comecei por aí, direi que o partido parlamentar está com visos de querer viver. Cabe aos presidencialistas lutar bastante para não correrem o risco de ver o princípio contrário infiltrar-se nas instituições. O Sr. Saraiva, que nunca foi inventor de governos, propôs na Constituinte uma emenda que ninguém quis, e realmente não trazia boa cara.⁶ Refiro-me à emenda que reduzia a dois anos o prazo da presidência da República. À primeira vista era um presidencialismo vertiginoso; mas, bem considerada, era um parlamentarismo automático. Os dois anos não eram só da presidência, mas virtualmente eram também do ministério. Não se pode dizer que tal prazo fosse excessivamente curto, mas estava longe de ser uma eternidade; era meia eternidade. Se tivesse sido deputado, o Sr. César Zama, dado aos seus estudos romanos,⁷ viria propor ao congresso uma emenda constitucional que reduzisse a presidência ao consulado, e os dois anos a um. Os ministérios teriam assim um ano apenas. Era o parlamentarismo hiperautomático.

⁴ Machado sem dúvida se lembra do que chama de “epidemia” de suicídios em Mileto, episódio contado por Plutarco no seu ensaio *De mulierum virtutibus*, e lembrado na crônica de 9 de setembro de 1894 (119).

⁵ “Natura non facit saltus”, frase que aparece em vários pensadores dos séculos XVIII e XIX, entre eles Leibniz, Newton e Darwin.

⁶ O conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1895), presidente do conselho duas vezes no império, foi um dos primeiros políticos do antigo regime a aderir à república, vindo a ser senador pela Bahia. Pouco antes do golpe de 3 de novembro de 1891, porém, retirou-se ao estado natal. Dizia-se que não gostava da feição militarista do novo regime. Diz a *Gazeta* do dia 23 de julho de 1895, pouco depois da morte dele: “Julgava que a República era dos brasileiros; reconheceu que era dos soldados e de outros figurões improvisados em republicanos históricos, que só queriam proventos largos, e só aspiravam monopolizá-los para sempre.” Parece claro que a emenda de que fala a crônica fora uma tentativa de limitar quaisquer tendências ditatoriais que surgissem.

⁷ César Zama (1837-1906), político e autor de livros sobre a Antiguidade. Ver crônica de 11 de novembro de 1894, nota 3.

Não me digas que confundo alhos com bugalhos, ignorando que parlamentarismo quer dizer governo de parlamento, – coisa que nada tem com prazos curtos nem compridos.⁸ Eu sei o que digo, leitor; tu é que não sabes o que lês. Desculpa, se falo assim a um amigo, mas não é com estranhos que se há de ter tal ou qual liberdade de expressão, é com amigos, ou não há estima nem confiança.

Para não ouvir novo dichote, calo-me em relação a outro partido, que também nasceu esta semana, e já publicou manifesto. É do primeiro distrito da capital. Não pede parlamentarismo, embora admita alguma reforma constitucional, quando houvermos entrado no regímen metálico e outros.⁹ Tem por fim organizar a opinião pública. O fim é útil e o estilo não é mau, salvo alguns modos de dizer, aliás bonitos, mas que esta pobre alma cansada e cética já mal suporta. Tal qual o estômago, que não mais aceita certos manjares. Como Epicuro põe a alma no estômago, vem daí essa coincidência de fastio.¹⁰ *A terra da promessa*, por exemplo, já não é comigo. Citei-a muita vez, não só em prosa, mas ainda em verso, chamando-lhe, no segundo caso, pelo nome de Canaã, por causa das belas rimas (manhã, louçã, etc.),¹¹ mas tudo isso foi-se com os ventos.

Prosa ou verso, não quero já saber de Canaã, a não ser que me levem até lá os pretores encarregados de apurar as eleições municipais.¹² Mas quando? O fim da apuração, se eu a vir algum dia, há de ser como Moisés viu a terra da promessa, de longe e do alto, – digamos por um óculo, pois que o óculo está inventado. Só Josué a pisará, mas Josué ainda não nasceu.¹³ Bem sei que os pretores, em vez de fazer trabalho a olho, esgaravatam todas as atas, e, o que é mais, todos os artigos de lei. Sendo assim severos, que será da virtude e da verdade, – da verdade eleitoral, ao menos? Que

⁸ “comprido”, na *Gazeta*. Aurélio corrige.

⁹ Este manifesto apareceu no *Jornal do Commercio* na quinta-feira, 24 de janeiro, à p. 4, col. 5. É do Partido Republicano Conservador, e prega o “congraçamento”, o emprego da “justiça com moderação”, e o estabelecimento das bases de uma sociedade sobretudo bem organizada. Por isso, quer “o emprego de todos os meios precisos ao desenvolvimento de nossa vida industrial, de modo a formar em nosso país definitivamente o regímen metálico, concluindo assim a obra de nossa independência”. O estilo, de fato, é sóbrio: o único arroubo (sem o qual duvido que Machado tivesse citado o manifesto) vem no seguinte trecho: “os homens políticos do primeiro distrito resolveram[,] hoje que todas as esperanças da Nação convergem para o ilustre Chefe do Estado, tendo-o como farol que nos conduzirá à terra da promessa, criar o partido político.”

¹⁰ Epicuro (341-270 a.C.) ensinava que a virtude, a sabedoria e a felicidade estão intimamente ligadas ao corpo e à sua satisfação. A “alma” é material e perecível, como o corpo.

¹¹ Esta vírgula falta no jornal. Aurélio a acrescenta.

¹² Cada dia da semana, davam-se notícias das brigas e reclamações contra os resultados das eleições de 6 de janeiro. O conselho estava longe de se constituir. “Continuou ontem a junta dos pretores a apuração da eleição municipal, feita nesta cidade a 6 do corrente”, diz *O Paiz*, repetidamente.

¹³ Quando Moisés morreu aos 120 anos, Josué foi nomeado seu sucessor, e líder dos israelitas; será ele que finalmente entrará na terra prometida. Ver Josué 1:1-9.

importa que em uma seção de distrito haja mais cédulas que eleitores? Outra terá mais eleitores que cédulas, e tudo se compensa. Adeus, o calor é muito.

